



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Graduação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº XX.XXXX

(Processo Administrativo n.º 23422.009641/2021-71)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de diversos equipamentos de acessibilidade e inclusão, sendo que tais equipamentos objetivam promover a inclusão das pessoas com deficiência, garantindo-lhes os direitos que são assegurados pela legislação (Norma ABNT NBR 9050:2015; Decreto 6.949/2009; Decreto 5.296/2004), estimulando na instituição a cultura da educação para a inclusão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| Item | Descrição / Especificação | CATMAT | Unidade de Medida | Quant . | Valor Unitário Estimado | Valor Total Estimado |
|------|---|--------|-------------------|---------|-------------------------|----------------------|
| 1 | Soft box - bivolt (110v a 220v); - Led com ajuste de potência; - Tamanho de 50x70cm; - Tela Difusora. | 476366 | Unidade | 2 | R\$ 134,50 | R\$ 268,99 |
| 2 | Ringlight - Com variável de temperatura de cor de 3200 a 5500K; - Potência: 36.5 W - Diâmetro: 500 mm ou mais (Iluminador Circular) - Alimentado por baterias e em rede de energia, bivolt. | 472117 | Unidade | 1 | R\$ 424,50 | R\$ 424,50 |



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

| | | | | | | |
|---|---|--------|---------|---|---------------|---------------|
| 3 | Tripé de iluminação - Estrutura em alumínio; - Armação regulável em 3 seções e 3 travas, que possibilitam uma altura máxima de 2,5 metros. | 26867 | Unidade | 3 | R\$ 199,00 | R\$ 597,00 |
| 4 | Lupa de leitura tipo Régua Ampliação de 2,5x | 288123 | Unidade | 8 | R\$ 78,63 | R\$ 629,07 |
| 5 | Lupa de mão Ampliação: 4 vezes; | 269511 | Unidade | 5 | R\$ 689,20 | R\$ 3.446,00 |
| 6 | Cadeira de rodas Motorizada -Com Elevação do assento; • Função Stand Up com atuador linear elétrico, que permite o usuário ficar em pé; • Fabricada em aço carbono ou duralumínio tubular monobloco; • Baterias secas chumbo/ácido seladas VRLA/AGM 38Ah e carregador inteligente multivoltagem; • Motorização com transmissão por motorreductor engrenado; • Comando com joystick remoto e drive microprocessado que permite sua instalação no lado direito, esquerdo ou em qualquer parte da cadeira; | 400778 | Unidade | 1 | R\$ 14.791,00 | R\$ 14.791,00 |



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

| | | | | | | |
|---|--|--------|---------|----|--------------|---------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Apoio de cabeça em poliuretano expandido fixo; • Apoios de braços com regulagem de altura e com almofadas em poliuretano expandido; • Apoios de pés com pedaleiras em alumínio, reguláveis, rebatíveis, destacáveis; • Encosto rebatível e reclinável; • Rodas dianteiras 8" aro em nylon com garfo com suspensão em poliuretano e pneus infláveis; • Rodas traseiras 13" em nylon com pneus infláveis; | | | | | |
| 7 | <p>Mesas escolares</p> <ul style="list-style-type: none"> – Material: Tubo de Aço Quadrado, 20x20mm e 25x25mm, Tubo de Aço Retangular, 20x40mm. – Gradil: Possui. – Tratamento Anti Ferrugem e Corrosão: sim. – Pintura: Epóxi-pó. – Cor: Prata ou Preto. – Ponteiros: Externas em Polipropileno Injetado. UN – Regulagem de Altura: Possui, Através de Manípulos. | 150786 | Unidade | 10 | R\$ 1.162,59 | R\$ 11.625,90 |



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

| | | | | | | |
|---|--|--------|---------|---|--------------|--------------|
| 8 | Sistema FM Mini microfone sem fio, clip-on microfone de lapela facilmente para uso é ideal para ensino, conferência, monitoramento etc. Baixo consumo de energia de alta qualidade de transmissão de som Design compacto e elegante alto eficaz e confiável de usar Especificações: Distância eficaz: 20 m Tomada jack do receptor 6.3mm Resposta de freqüência: 80-12500 hz Inclui um transmissor, um receptor e um mini clip-on microfone. Potência do transmissor: 1x 6f22 9 v bateria (bateria para não incluir) Cor: Preto Material: abs + plástico O pacote inclui: 1x Transmissor 1x Receptor 1x clip-no microfone 1x manual Em Inglês | 327516 | Unidade | 2 | R\$ 4.200,00 | R\$ 8.400,00 |
| | | | | | | |
| 9 | Maca hospitalar -Com altura ajustável | - | Unidade | 2 | R\$ 3.505,00 | R\$ 7.010,00 |



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

| | | | | | | |
|--------------------|---|--------|---------|----|------------|---------------|
| | motorizada; - Movimento de elevação através de sistema hidráulico e pedal de ambos os lados, base construída em aço SAE regular, com revestimento anti-impacto em seus 4 cantos, base termoplástica em poliestireno de alta resistência. Altura mínima 64cm, Altura máxima 94 cm, Largura 67cm, Comprimento 188cm. | | | | | |
| 10 | Guia de assinatura -Produzido em alumínio com espaço vazado 10 x 1 cm, excelente para auxiliar nas assinaturas de pessoas com deficiência visual. | - | Unidade | 20 | R\$ 34,75 | R\$ 695,00 |
| 11 | WebCam -resolução Full HD em 1080p a 30 qps; -foco automático; -Correção automática de pouca luz; - Microfones embutidos com redução de ruído automática | 291791 | Unidade | 6 | R\$ 486,40 | R\$ 2.918,42 |
| 12 | Headset - Resposta em frequência Headset: 20 - 20,000 Hz Microfone:100 - 10,000 Hz - Sensibilidade: 62dBV/μBar 42dBV/PA +/-3dB - Com cancelamento de ruído - Comprimento do cabo: 2 metros ou mais | 407534 | Unidade | 6 | R\$ 141,00 | R\$ 846,00 |
| Total Geral | | | | | | R\$ 51.651,88 |



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Graduação

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou aceite da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Trata-se de aquisição de bens comum, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço: Rua Macucos, 131, Portal da Foz, Foz do Iguaçu, PR, CEP 85859-450, mediante agendamento pelo telefone 45 3522 9992 ou e-mail almoxarifado@unila.edu.br;
- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.16. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.16. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.17. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.18. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.19. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.20. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.16. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as

indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.16.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.17. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.18. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.19. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.20. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.21. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.22. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 8.3. Os bens adquiridos devem ser, se aplicável: I) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; II) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; III) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; IV) acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, V) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 8.4. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 12.1.16. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.3.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Graduação

Contratante.

- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.11.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- 12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

- 13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução visto que os itens que se pretende adquirir são de pronta entrega.

15 A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens levando em conta que apenas a garantia fornecida pelos fabricantes já atende a necessidade.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 16.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 16.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3 fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2 Multa:

16.2.2.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.2.1 compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 15.2.4. também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4 As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3, 16.2.4 e 16.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato

lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO O FORNECEDOR

17.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

17.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3 O critério de aceitabilidade de preços serão:

17.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

17.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18 ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 51.651,88 (cinquenta e um mil seiscientos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos).

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 Será utilizado o recurso do PROGRAMA INCLUIR - ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO (204320), alocado na PROGRAD, sob Plano Interno: MVINCG0100N - Créditos vinculados.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (10.01.05.17)

Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS (0100000000)

Programa de Trabalho: PROGRAMA INCLUIR - ACESSIBILIDADE NA EDUCACAO (204320)

Elemento de Despesa: 44.90.00

Plano Interno: CRÉDITOS VINCULADOS (MVINCG0100N)

Foz do Iguaçu, Paraná, 04 de novembro de 2022.

ELABORADORES:

D July Francielly Brito

Assistente em Administração

SIAPE nº. 2162827

Roberto Bernal Mazacotte

Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais

SIAPE nº. 22160784



Ministério da Educação

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Pró-Reitoria de Graduação

Divisão de Gestão Administrativa
(PROGRAD)

Divisão de Apoio à Acessibilidade e Inclusão
da Pessoa com Deficiência

(PROGRAD)

AVALIADOR:

Pablo Henrique Nunes

Pró-Reitor de Graduação

SIAPE nº 2195962

Pró-Reitor de Graduação



Emitido em 04/11/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2022 - DIGA (10.01.05.17.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/11/2022 17:01)

D JULY FRANCIELLY BRITO

CHEFE DE DIVISAO - TITULAR

DIGA (10.01.05.17.04)

Matrícula: ###628#7

(Assinado digitalmente em 04/11/2022 17:07)

PABLO HENRIQUE NUNES

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROGRAD (10.01.05.17)

Matrícula: ###959#2

(Assinado digitalmente em 04/11/2022 17:01)

ROBERTO BERNAL MAZACOTTE

TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS

DAAIPD (10.01.05.17.11)

Matrícula: ###607#4

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2022**, tipo:
TERMO DE REFERÊNCIA, data de emissão: **04/11/2022** e o código de verificação: **228aa33ca8**